



Biografando uma disciplina escolar: a trajetória da História do Rio Grande do Norte nos cursos de formação de professores de história

JEAN-PIERRE MACEDO DANTAS DE MORAIS¹

O presente texto tem como proposta expor as informações encontradas que eu pude analisar até o presente momento na pesquisa que me proponho a realizar durante o mestrado. Julgo interessante expor, primeiramente, o que pretendo pesquisar e como penso a execução do trabalho, para, posteriormente, expor os dados que eu encontrei e pude analisar. Na minha pesquisa, pretendo entender como um Rio Grande do Norte, enquanto espaço, fora criado a partir da disciplina de História do Rio Grande do Norte, ministrado nos cursos de formação de professores, busco, então, construir a biografia dessa disciplina escolar.

A análise da disciplina nos cursos de graduação exige, inicialmente, a compreensão de como foram produzidas, ainda no século XIX e início do século XX, as primeiras histórias desse estado. Em seguida discute-se como, em diferentes momentos, a historiografia foi dando identidade a um determinado Rio Grande do Norte. Ulteriormente, pretendo analisar como essas obras de cunho histográfico foram inseridas nas escolas e, posteriormente, começaram a ser produzidas obras didáticas com essa temática voltadas para o ensino básico. Em um último momento buscarei investigar como foi criada uma disciplina escolar de História do Rio Grande do Norte e como essa disciplina foi incorporada ao curso de Graduação em História, em 1957, na sua implantação. Constitui-se, então, como foco central do trabalho a disciplina História do Rio Grande do Norte nos cursos de graduação. Nesse sentido, busco entender como e quais conteúdos os professores selecionam e quais são os métodos utilizados para trabalhá-los. Entendo que é possível a produção da trajetória de uma disciplina escolar, da mesma forma que outros autores construíram trajetórias de pessoas, grupos, cidades e instituições.

Como fonte, pretendo utilizar: os livros escritos por Tavares de Lira (1920), Rocha Pombo (1920) e Câmara Cascudo (1955) que tinham como título – as três obras – *História do Rio Grande do Norte*. Julga-se importante trabalhar estas obras, uma vez que são consideradas as mais importantes desde a data de suas respectivas publicações, e também pelo fato de ambas

¹ Aluno de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

terem sido publicadas com auxílio direto das elites políticas potiguares da época; as obras historiográficas que foram incorporadas ao ensino básico, como também as obras de caráter didático que começaram a ser produzidas; os programas, ementas e planos de curso das disciplinas; projetos pedagógicos dos cursos de graduação em História; por fim, pretendo também utilizar os jornais *A República*, órgão do Partido Republicano do Rio Grande do Norte; *A Ordem*, jornal de orientação religiosa, apoiado por membros da Igreja Católica do Rio Grande do Norte; *O Diário de Natal*, do Coronel Cascudo, ligado à Federação do Comércio do Estado.

Para se pensar o trabalho, fez-se necessário a construção de um arcabouço teórico, que pudesse versar sobre questões como a cultura escolar, o conceito de disciplina, a ideia do campo, trajetória e rede de sociabilidades. Pensando a constituição de uma disciplina como algo cultural, percebe-se então a sua capacidade de mutabilidade por diversos fatores. Absorve-se do historiador André Chervel que as disciplinas são produções diretamente ligadas à cultura escolar. Logo a constituição dessa disciplina seria permeada por momentos de transformações e estabilidades, causadas tanto pelas mudanças na metodologia de ensino, como também nas reformas educacionais, reorganização das grades curriculares ou alteração no quadro de professores, bem como da clientela da instituição. (CHERVEL, 1998: p. 5-6). As disciplinas seriam, então, uma criação específica da instituição educacional que, vista assim, deixa de ser considerado um meio que se limita transmitir saberes ou condutas geradas no exterior dela, mas saberes e condutas que nascem em seu interior e que levam as marcas características dessa cultura. E, por cultura escolar, procurou-se compreender esse conceito a partir dos escritos do historiador Dominique Julia. Pelo autor, compreendemos a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente socialização) (JULIA, 2001. p. 10).

Pensando ainda no escopo teórico construído no decorrer da pesquisa, pude observar que Pierre Bourdieu trouxe contribuições interessantes para pensar. O conceito de campo, por exemplo, mostrou-se essencial, uma vez que, a partir deste conceito, podemos apreender que o campo possui regras, princípios e hierarquias próprios. Que eles ganham a forma e definem-se, a partir

de conflitos e tensões em relação à sua própria delimitação. São constituídos por redes de relação – ou de oposição – aos quais os agentes sociais são partícipes. Os campos se caracterizam, portanto, por espaços sociais mais ou menos limitados, onde as ações individuais e coletivas são seguidas dentro de um padrão normativo, criado e transformado regularmente por essas próprias ações.

Por espaço social, entendo, a partir de Bourdieu, como um espaço virtual, teórico, onde se estabelecem e organizam-se as aproximações e os distanciamentos sociais. É nele que se articulam as posições sociais dos agentes com o habitus e as práticas. As diferenças e distâncias no espaço social são relacionais, isto é: elas só existem umas em relação às outras, não sendo algo absoluto ou universal. Para o autor, existem diversos princípios de diferenciação entre os grupos, sendo, para ele, os mais eficientes o capital econômico e o capital cultural.

Buscando relacionar a trajetória da disciplina com a dos homens que ensinaram sobre o Rio Grande do Norte, podemos estabelecer relações acerca do espaço social que eles ocupam e transitam, como a formação escolar, o seu status social, sua relação com a política, o local que eles frequentavam, onde eles ensinavam, quais obras eles selecionam para usar em suas disciplinas e como eles, a partir de um discurso, criam o Rio Grande do Norte enquanto um espaço. Entender quem foram esses homens que ensinaram sobre o Rio Grande do Norte mostra-se como uma chave importante para se entender como a disciplina era tratada. Pensando nisso, achamos importante colher informações sobre alguns deles, buscando, a partir das suas trajetórias, estabelecer relações entre eles e a disciplina.

O primeiro nome encontrado nesta pesquisa foi o do professor Clementino Hermógenes da Silva Câmara. Clementino Câmara nasceu no ano de 1888 no município de Goianinha. Filho do senhor do engenho Monin, Francisco Hermógenes da Silva Câmara e Maria Joaquina da Câmara. Infelizmente, não pôde compartilhar da companhia dos pais por muito tempo, uma vez que seu pai morreu quando ele possuía dois anos de idade e sua mãe morreu sete anos após. Devido à tal situação, Clementino Câmara foi forçado a trabalhar desde cedo, sendo suas primeiras ocupações as de serralheiro e a de operário em uma fábrica de tecidos do Rio Grande do Norte.

Em 1903, aos dezessete anos de idade, Clementino Câmara entrara no Externato Natalense, onde teve suas primeiras experiências com o ensinar, o que o fez, em 1905, abrir a sua primeira turma de ensino primário particular e, em 1907 abrir sua primeira turma de ensino noturno, em sua residência, na rua dos Tocos, número 106 B, ensinando as matérias de Português, Aritmética, Álgebra e elementos de Francês.

Interessado pelas letras, acabou por se aproximar do jornalismo, onde escreveu suas crônicas e matérias. Atuou como revisor do jornal *O Século*, jornal da propaganda evangélica no Rio Grande do Norte, mantido pelo reverendo William C. Porter, que foi o primeiro pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, fixada na capital potiguar em 03 de fevereiro de 1896. No ano de 1910, por conta da dificuldade financeira que enfrentava, optou por viajar para Manaus, onde o seu irmão Hermínio Câmara residia. Lá trabalhou como revisor e redator do *Jornal do Comércio*. Posteriormente, aceita a proposta de seu conterrâneo Serafim de Carvalho para se tornar Secretário Municipal da Prefeitura de Benjamin Constant, no Javari, porém, passa apenas um ano e regressa ao Rio Grande do Norte, voltando a ministrar aulas como professor particular. Paralelamente, aceitou o cargo de redator no jornal *O Diário de Natal*, onde trabalhou ativamente na campanha do Capitão José da Penha Alves de Souza, escrevendo diversos artigos e organizando comícios para o então candidato.

Em 1913, com José Câmara, funda o jornal *A Gazeta da Tarde*, que só saiu por três dias. Neste mesmo período, Clementino Câmara continuava dando aulas particulares na cidade de Natal e municípios vizinhos e começou a trabalhar na Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, entre os anos de 1914 até 1916. Em 1917 ao desligar-se dos trabalhos da estrada de ferro, reuniu-se com Aduato Câmara e fundou mais um jornal: *A Nota*, de vida efêmera. Com o insucesso do seu jornal, viaja para o Estado de Pernambuco, indo para a cidade de Palmares para fundar um colégio. A iniciativa não vingou, o que acabara por motivá-lo a procurar outro emprego. Na capital pernambucana ele encontra um emprego na *Great Western of Brazil Railway*, permanecendo de 1921 até 1924, quando acaba voltando para o Rio Grande do Norte, indo lecionar no externato Alberto Maranhão que fundara na cidade de Ceará-Mirim.

Na década de 1920, Clementino Câmara consegue o seu primeiro emprego como professor da rede pública de ensino. Torna-se professor interino do colégio *Atheneu Norte Riograndense*, na disciplina de História do Brasil. Nesse período, escreveu seu primeiro livro acadêmico, o *Novo*

Compêndio de Análise Portuguesa (1925). Ele permaneceu no cargo de professor até 1930, ano que foi demitido por ter assinado o telegrama ao Governo revolucionário protestado contra a declaração do interventor Irineu Jofely “de que o Rio Grande do Norte não possuía um só homem capaz de governar o estado” (MELO, 1957: 195). Por conta de tal ato, ele acabou por sair do Rio Grande do Norte, indo para o Recife no mesmo ano. Lá, acabou por iniciar seus estudos na Faculdade de Direito do Recife, porém não concluiu. No ano seguinte, regressou à Natal e voltou a dar aulas particulares e também voltou a ministrar a disciplina de História do Brasil no Atheneu.

Na década de 30, Clementino Câmara começou a gozar de uma maior popularidade, o que o qualificou a galgar espaços na política e nos círculos da intelectualidade potiguar, sendo um conhecido e bem reputado professor do Atheneu Norte-Riograndense e da Escola Normal de Natal, sendo essa última a instituição escolar pública à qual ele permaneceu até os últimos dias de sua vida. Ainda nessa década, ele publicou quatro livros: *Revelações* (1932), *Origem e Desenvolvimento da Língua Portuguesa* (1934), *Décadas* (1936) e *Geringonças do Nordeste* (1937), que fora censurado pelo governo do Estado. Em *Revelações*, Clementino versa sobre as doutrinas da maçonaria, instituição que ele fizera parte e que lhe rendeu alguns problemas com a Igreja Católica, que, com o jornal *A Ordem*, publicou vários artigos atacando não apenas ele, como vários outros membros da Maçonaria do Rio Grande do Norte - sobre sua atuação na Maçonaria, vale destacar a sua ativa participação, chegando ao mais alto grau da ordem e que atualmente existe uma Loja Maçônica com o seu nome, localizado no bairro Nossa Senhora de Nazaré, em Natal. O livro *Décadas* é uma obra autobiográfica, em que ele trata desde sua infância até à década de 30, período em que se tornou professor de renome no Estado.

Geringonças do Nordeste merece uma especial atenção pelo fato de ter sido censurado durante o Estado Novo. O livro buscava tratar a questão do estudo realizado por Clementino Câmara sobre os termos falados pelas classes populares do sertão, agreste e praias do Nordeste. Um grande dicionário de gírias populares e que, por se tratar de um patrimônio intelectual da cultura potiguar, deveria ser publicado pelo governo do Estado, com base na lei estadual 145, que versava sobre o custeio de publicação de livros escritos por autores potiguares. A recusa veio então pelo interventor Rafael Fernandes Gurjão, por meio do parecer emitido por uma comissão que julgara o livro como inadequado e até perigoso para os jovens que porventura o lessem.

Percebemos que a década de 30 do século XX fora de grande importância para o nosso estudado. Vale ressaltar que essas publicações, a sua atuação nos jornais e principalmente nas escolas, qualificou Clementino Câmara a ser convidado para compor a turma de membros fundadores da Academia Norte-Riograndense de Letras, ocupando a cadeira nº 19, que tinha como patrono o poeta potiguar Ferreira Itajubá. Nesta mesma década, foi convidado a também participar do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. No campo político, foi membro da Associação de Professores do Estado do Rio Grande do Norte, sendo eleito para a direção desta instituição, tendo como função o cargo de orador oficial, ainda nessa instituição, chegou a escrever vários artigos na *Revista Pedagogium*, o órgão oficial da associação de professores.

No fim da década de 30, saiu da sala de aula e tornou-se diretor da Escola Normal de Natal, exercendo o cargo até 1944, ano que assume a direção do Departamento de Educação do Rio Grande do Norte, e diretor da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte. Em 1944 publica mais uma obra, *Romance do Atheneu Norte-rio-grandense* (1945), que traz relatos sobre o seu período como professor da instituição.

Em 1950, Clementino Câmara reassume a direção da Escola Normal de Natal, e a ela se dedica com exclusividade. Neste período ele começa a se preocupar com a questão da História do Rio Grande do Norte, chegando até a produzir uma obra que fora utilizada como livro didático: *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952). Um fato interessante é que no mesmo ano que ele escreve este livro, é encontrada no jornal *A Ordem*, na segunda página, de 27 de setembro de 1952, uma matéria que relata um protesto que havia ocorrido em Natal, promovido pelas alunas da Escola Normal, que não haviam aceitado o fato de Clementino Câmara ter sido retirado do cargo de diretor da instituição escolar por assumir o cargo de professor de História do Rio Grande do Norte. Ele aceitou a destituição do cargo sem oferecer resistência alguma, optando por permanecer como professor da disciplina de História do Rio Grande do Norte, que exerceu até o dia 19 de setembro de 1954, data do seu falecimento.

O segundo nome encontrado foi o de Rômulo Chaves Wanderley, advogado, jornalista e escritor. Natural de Açu, cidade do Rio Grande do Norte, Rômulo Wanderley nasceu no dia três de abril do ano de 1910. Na adolescência, mudou-se para a capital potiguar para realizar os seus estudos no Colégio Marista de Natal e no Atheneu Norte Riograndense. Concluídos os estudos, muda-se então para a cidade de Angicos, onde, na década de 30, começara a realizar os seus

primeiros trabalhos literários escrevendo versos e poemas para o jornal *A cidade* e o *Jornal do Sertão*. Posteriormente, fundou o seu próprio jornal, com o nome de *O Bentevi*.

Na cidade de Angicos, Rômulo Wanderley fez sua morada e constituiu família. Fora secretário da Prefeitura de Angicos, e também por este município fora vereador. Foi casado com Maria Amélia Pinheiro Wanderley e do consórcio tiveram três filhos: Berilo Wanderley, que fora um grande escritor e poeta potiguar; Gilberto Wanderley, que se formou em medicina; e Maria Leonora Wanderley, que faleceu ainda aos onze anos de idade. Após contrair matrimônio, Rômulo acabou por sair da vida política e adentrou no ramo da agricultura e pecuária, as quais permaneceu até meados da década de 40, quando regressa a Natal.

Na capital potiguar, foi convidado a trabalhar na imprensa, sendo revisor, redator, cronista e articulista do jornal *A República*, órgão do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Também colaborou escrevendo crônicas e versos na seção “Casos do dia”, do jornal *O Diário*. Na *Tribuna do Norte*, trabalhou como cronista diário na seção “revista da cidade e “a nota da manhã – vale ressaltar que neste periódico Rômulo Wanderley acabou por trabalhar por mais de quinze anos. Essa credibilidade no meio jornalístico acabou por credenciá-lo à indicação ao cargo de professor de História da Civilização do Colégio Atheneu, no ano de 1942, permanecendo como titular desta cadeira por três anos.

Em 1945, opta por estudar direito, formando-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, em Pernambuco. Lá, ainda trabalhou como redator e revisor do jornal pernambucano *Folha da Manhã*. Após concluir os estudos jurídicos, retorna à Natal, onde abre o seu escritório de advocacia na Rua Doutor Barata, 186, trabalhando diariamente das oito horas às dezessete horas. O mundo jurídico torna-se o seu sustento e espaço de notoriedade, chegando a galgar cargos na esfera pública: chegou a ser Promotor de Justiça e Procurador Geral do Estado entre os anos de 1961 a 1964, durante o governo de Aluízio Alves – cargo que se aposentou. Foi ainda diretor do Departamento de Educação do Estado no Governo de José Varela, em 1950. Na Maçonaria foi figura de singular importância, tendo sido durante vários anos o Delegado do Grão-Mestre Geral da Ordem no Rio Grande do Norte.

No campo literário, produziu algumas obras: *Uma tempestade em copo d'água* (1951); *Arca de Noé* (1952), em que escreveu sobre os perfis dos deputados potiguares; *A Geografia Potiguar*

na sensibilidade dos poetas (1962); *Canção da terra dos carnaubais* (1965); *Panorama da poesia norte-rio-grandense* (1965); *Luís da Câmara Cascudo e os Trovadores* (1966); *Romance da vida e dos milagres do padre João Maria* (1968); *Noções de História e Geografia do Rio Grande do Norte* (1968) um dos primeiros livros didáticos encontrados sobre história local; *História do Batalhão de Segurança* (1969). Deixou alguns livros inéditos: *Tabatinga*; *Guia Histórico e Turístico da Cidade do Natal*; *A geografia brasileira na sensibilidade dos poetas*; *Geografia geral do Rio Grande do Norte*.

Várias dessas obras o credenciaram para que fosse convidado a participar do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e Academia Norte Riograndense de Letras, sendo o segundo ocupante da cadeira nº 16, que tinha como patrono Segundo Wanderley e Francisco Palma como fundador. Também foi convidado a ministrar aulas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal – atual Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte –, sendo professor fundador da Cadeira de Literatura Portuguesa, cargo que ocupou até o seu falecimento no dia 07 de janeiro de 1971.

O último nome encontrado, até o presente momento, relacionado à disciplina de História do Rio Grande do Norte é o do professor, escritor, jornalista e contador Manoel Rodrigues de Melo, que nasceu na fazenda do queimado, na Ilha de São Francisco, município de Macau em sete de julho de 1912. Filho de Manuel de Melo de Andrade Filho, proprietário de terras e agricultor e de Maria Rodrigues de Melo, vivera sua infância na cidade de Açu “correndo em cavalo de pau e carro de bois nos sítios vizinhos” (MELO, 1972: 294), mudando-se aos doze anos de idade para o município de Macau, onde realizou seus estudos em escolas particulares e trabalhou como comerciário.

Em 1925, transferiu-se para o município de Currais Novos, sendo empregado de uma loja de tecidos. É neste período que ele começa as suas atividades literárias: com Ewerton Cortez e Nelson Geraldo Freire, fundam o jornal literário e noticioso *O Porvir* (1926). Já em 1928, veio para a capital do Rio Grande do Norte, realizando estudos na Escola de Comércio de Natal, onde obteve o diploma de contador. Trabalhou como inspetor de alunos no Colégio Pedro II, em Ceará-Mirim, do professor Severino Bezerra de Melo. Ampliando a sua rede de sociabilidades, acaba por conseguir uma vaga de professor de Língua Portuguesa na Escola de

Comércio de Natal. Também trabalhou na gerência do Centro de Imprensa como também no jornal católico *A Ordem*.

No campo político, acabou por aproximar-se do integralismo, “apaixonando-se pela filosofia de Plínio Salgado, vestindo camisa verde e gritando ‘anauê’” (MELO, 1971: 294). Fora eleito vereador para a Câmara Municipal de Natal no ano de 1948, pelo Partido de Representação Popular. A experiência política foi breve, voltando-se mais uma vez à contabilidade e às letras.

Como contador, trabalhou mais de 30 anos na sociedade assistência hospitalar, instituição mantenedora do Hospital Miguel Couto e da Maternidade Januário Cicco e finalmente, como secretário do hospital das clínicas da UFRN. No campo da educação, foi ainda professor na Escola Normal de Natal, instituição a qual pertenceu durante vários anos, sendo responsável por disciplinas como Língua portuguesa, estudos sociais e a disciplina de História do Rio Grande do Norte. Um fato curioso de sua vida é que se formou em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte no ano de 1961, mas nunca sequer chegou a exercer a profissão.

No campo das letras, fundou diversas revistas e jornais em Natal e no Estado, como *A Renovação*; *Nordeste*; *Bando*, conjuntamente com Raimundo Nonato, João Alves de Melo, Luiz Patriota, Hélio Galvão e Veríssimo de Melo. Colaborou em Jornais como *A República*, *A Ordem*, *Diário de Natal*, *Tribuna do Norte* e *O Jornal*. Publicou também os livros *Várzea do Açú*, *Patriarcas e Carreiros*, *Cavalo de Pau*, *Chico Caboclo e outros poemas*, *pesquisas sociológicas*, *Monsenhor Augusto Franklin*, *Terras de Camundá*, *Dicionário da imprensa no Rio Grande do Norte* e *Memória do livro potiguar*.

Por suas obras de cunho acadêmico e literário, foi convidado a participar de várias instituições, como os Institutos Históricos e Geográficos do Rio Grande do Norte e da Bahia, chegando à vice-presidência do primeiro. Também pertenceu à Sociedade Brasileira de Folclore. Porém, o lugar em que tivera a maior das influências em suas redes de sociabilidades foi na Academia Norte Riograndense de Letras, sendo fundador da cadeira de número trinta, que tinha como patrono o Monsenhor Augusto Franklin. Na ANRL chegou ao cargo máximo diretivo: fora presidente da instituição por vinte anos, sendo o maior nome na construção da sede própria desta instituição, como escreveu o acadêmico, e seu contemporâneo, Veríssimo de Melo:

Embora ninguém na academia acreditasse na sede própria, ele quase sozinho construiu o edifício, imponente para a época e os fins a que se destinava. Durante a construção, foi arquiteto, mestre de obras, pedreiro, pintor, carpinteiro, mas sobretudo cavador de verbas. Em menos de dez anos, erguia-se o majestoso prédio, que hoje é uma das suas glórias, como o é, igualmente, da academia (MELO, 1971: 295)

O nome de Manuel Rodrigues de Melo ficou eternizado na ANRL, tanto é verdade que, em homenagem ao seu devotamento e empenho para se concretizar o desejo de uma sede própria, o prédio da instituição recebeu o nome de “Casa Manuel Rodrigues de Melo”, que perdura até os dias de hoje. Manoel Rodrigues de Melo faleceu em Natal, em 29 de fevereiro de 1996.

Escritas essas brevíssimas considerações sobre as trajetórias destes homens que ensinaram sobre o Rio Grande do Norte, podemos estabelecer relações que os aproximam dentro de um campo e um mesmo espaço social. Vejamos: todos esses três professores pertenceram à Academia Norte Riograndense de Letras, atuando juntos na década de 1940, também foram membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, neste mesmo período. Um terceiro ponto em comum entre esses três professores é que eles foram membros da Maçonaria. Rômulo Wanderley e Clementino Câmara também foram professores de História no Atheneu durante a década de 1940. Na Escola Normal de Natal, Clementino Câmara e Manoel Rodrigues de Melo foram professores de história do Rio Grande do Norte na década de 50.

A partir dessas informações, suponho então que estes homens participavam de um mesmo campo intelectual e coabitavam um mesmo espaço social. Eles comungavam de espaços em comum, e neles dialogavam, como a ANRL, o IHGRN e a Maçonaria. Eles estavam ligados à imprensa potiguar, escrevendo para jornais locais. No campo intelectual, escreveram obras sobre o Rio Grande do Norte e na esfera política, é perceptível o alinhamento destes homens com a elite local. Podemos apreender então que estes três professores em questão eram detentores de um certo capital, tanto simbólico, quanto econômico e cultural e participavam de um mesmo campo intelectual, o que conferia para eles uma validade para expressarem como eles pensavam e escreviam sobre o Rio Grande do Norte.

Pensando na trajetória da disciplina de História do Rio Grande do Norte, ainda faltam elementos e fontes mais concisas sobre a implementação desse conteúdo nos currículos escolares, mas, podemos levantar a hipótese, a partir das fontes analisadas, de que em meados da década de 40 para o início da década de 50 do século XX, a História do Rio Grande do Norte, enquanto disciplina escolar, teria se tornado obrigatória para aqueles que optassem pelo magistério primário formando-se na Escola Normal de Natal, já na educação básica, entretanto, a história local, até então, permanecia apresentada como um compêndio de uma história nacional, sendo estudada nas disciplinas de História do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. 3ª ed. São Paulo: Papirus Editora, 2001.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, n. 2, p. 177-229, 1990. CUNHA, Maria T. S. No tom e no tema: escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org.) **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas**: itinerários Históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo, CASTELNUOVO, Enrico. PONI, Carlo.(orgs.) **A Micro-história e outros ensaios**. São Paulo. DIFEL, 1989.

JANOTTI, M. L. M., Historiografia, Uma Questão Regional?. In: SILVA, M. A. da (org.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Anpuh; Marco Zero, 1990.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan. /jun. 2001.

MELO, Veríssimo. **Patronos e acadêmicos**: Academia Norte-Riograndense de Letras. Vol. 2. Guanabara: Pongetti, 1974. P.193

ROCHA, Raimundo. N. A da. **Identidades e ensino de História**: um estudo em escolas do Rio Grande do Norte. 2000. (Tese de doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001